



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

ISSN 1645-9369

NIGP

Núcleo de Investigação em
Geografia e Planeamento

GEO-Working Papers

**“O fenómeno migratório em Portugal -
alguns dados recentes e limitações da
sua análise no sector da saúde”**

*José Antonio Aldrey Vázquez
Paula Cristina Almeida Remoaldo*

SÉRIE INVESTIGAÇÃO 2006/10

NIGP – Universidade do Minho. Campus de Azurém – 4810 Guimarães

Tel.: 351-253 510 560 — Fax: 351-253 510 569

geowp@geografia.uminho.pt

“O fenómeno imigratório em Portugal – alguns dados recentes e limitações da sua análise no sector da saúde”

*José António Aldrey Vázquez
Paula Cristina Almeida Remoaldo*

SÉRIE INVESTIGAÇÃO 2006/10

“Geo-Working papers”

Os **“Geo-Working papers”**, editados pelo Núcleo de Investigação em Geografia e Planeamento, são uma publicação científica periódica esporádica com duas séries: Série Investigação e Série Educação. A primeira Série está vocacionada para publicações científicas dos investigadores do NIGP e dos professores visitantes do Departamento de Geografia da Universidade do Minho. A segunda Série destina-se a publicações com um carácter predominantemente pedagógico, orientadas para o apoio às actividades lectivas do Departamento de Geografia da Universidade do Minho. Os **“Geo-Working papers”** têm uma edição limitada em papel, sendo publicados em edição electrónica, de acesso livre, no site do NIGP.

José António Aldrey Vázquez é Professor no Departamento de Geografia da Universidade de Santiago de Compostela. Doutorou-se em Geografia, no ano de 2003, com a apresentação da dissertação “*Xeografía Social e da Poboación na metade sur da provincia de A Coruña: unha análise a diferentes escalas*”. Actualmente desenvolve investigação no âmbito de temáticas relacionadas com os movimentos migratórios recentes para o Estado Espanhol, os aspectos sócio-laborais da população andaluza e as implicações territoriais e sociais da actividade pesqueira galega. Integra uma equipa de investigação (constituída por Paula Cristina Remoaldo, José Antonio Aldrey Vázquez e Maria José Boavida Caldeira), no âmbito da Linha de Investigação “População, Saúde e Desenvolvimento” do Núcleo de Investigação em Geografia e Planeamento (N.I.G.P.) da Universidade do Minho.

Ficha Técnica

Título: **Geo-Working papers**

Propriedade e Edição: Núcleo de Investigação em Geografia e Planeamento

Editores: João Sarmento e António Vieira

ISSN: 1645-9369

Número de exemplares: 40

Publicação on-line: www.geografia.uminho.pt/wp.htm

O fenómeno migratório em Portugal – alguns dados recentes e limitações da sua análise no sector da saúde

José Antonio Aldrey Vázquez¹
Paula Cristina Almeida Remoaldo²

Resumo:

Na década de noventa do século XX Portugal começou a afirmar-se como país de imigração, depois de durante séculos se identificar como país vocacionado para a emigração. Por se tratar de um fenómeno recente ainda sabemos muito pouco acerca dele, desde as reais motivações até ao processo de integração dos elementos imigrantes. No caso particular dos trabalhadores mais qualificados, mormente os do sector da saúde, pouco ou nada é conhecido.

O presente artigo deve ser entendido como uma primeira aproximação à análise do fenómeno migratório neste sector, centrando-se na avaliação das fontes existentes para estudá-lo e na apresentação de alguns dados publicados sobre o mesmo.

Palavras-chave: Imigração, fontes, sector da saúde, inserção profissional.

Abstract

In the last decade Portugal received an expressive number of immigrants, after being stated for centuries as a country of important emigration. As it is a recent phenomenon it is comprehensive that we don't have yet many studies about it, for example, the real motivations and the procedure of integration of the immigrants. In the particular case of the more qualified workers, such as the ones working in the health sector, many few has been studied.

This paper is a first analysis of the immigration phenomenon in the health sector, as a result of an Investigation Project held in the Investigation

¹Professor Contratado do Departamento de Geografia da Universidade de Santiago de Compostela. Praza da Universidade, 1, 15782. Santiago de Compostela. Espanha. Telefone: +34-981563100 Ext. 12722. Fax: +34-981559941. E-mail: jaaldrey@usc.es

² Professora Associada do Departamento de Geografia da Universidade do Minho – Portugal. Departamento de Geografia, *Campus* de Azurém, 4810-58, Guimarães. Telefone: +351-253-510 563. Fax: +351-253-510 569. E-mail: premoaldo@geografia.uminho.pt

Unit of Geography and Planning (N.I.G.P.) of University of Minho. It focuses on the evaluation of sources available to analyse it and on the presentation of some data about the immigration.

Key words: Immigration, sources, health sector, professional integration.

Introdução

O presente artigo corresponde a uma análise dos resultados da primeira fase do projecto de investigação intitulado “Inserção Profissional dos trabalhadores estrangeiros qualificados no sector da saúde na área de intervenção da Sub-Região de Saúde de Braga”, desenvolvido por uma equipa de três elementos (Paula Cristina Remoaldo, José Antonio Aldrey Vázquez e Maria José Boavida Caldeira) no âmbito da Linha de Investigação “População, Saúde e Desenvolvimento” do Núcleo de Investigação em Geografia e Planeamento (N.I.G.P.). Este Projecto tem como consultor o Professor Doutor Jesus Pérez González do Departamento de Ciências da Terra da Universidade das Ilhas Baleares (Maiorca).

Os objectivos principais desta investigação são avaliar a importância e o grau de inserção dos trabalhadores qualificados no sector da saúde na área de intervenção da Sub-Região de Saúde de Braga, bem como perceber se esta mão-de-obra é portadora de inovações decorrentes da formação e experiência adquiridas nos países de origem e que tenham sido adoptadas nos seus actuais locais de trabalho.

Os estudos relativos à presença de trabalhadores estrangeiros qualificados em Portugal têm sido escassos e no que concerne à sua participação no sector da saúde são praticamente inexistentes. Empiricamente deriva a percepção que o seu peso tem aumentado, por isso, este projecto de investigação centra-se na tentativa de avaliar a importância da mão-de-obra estrangeira no sector da saúde, num território específico, que corresponde à área abrangida pela Sub-região de Saúde Braga e que em termos operacionais corresponde aos 14 municípios do distrito de Braga.

A metodologia que foi seguida numa primeira fase centrou-se na recolha de dados estatísticos junto de organismos de saúde da região, nomeadamente, a Sub-Região de Saúde de Braga e as cinco Administrações Regionais de Saúde, a fim de se proceder ao levantamento dos trabalhadores estrangeiros (*e.g.*, nacionalidade, profissão, função que desempenha, número de anos de exercício da função, factores migratórios). Nas fases

posteriores proceder-se-á a uma abordagem quantitativa, através de inquéritos por questionário a uma amostra de profissionais estrangeiros e aos Directores dos serviços onde aqueles se encontram a trabalhar.

Os inquéritos a efectuar aos trabalhadores estrangeiros pretendem averiguar as razões da sua permanência em Portugal, as dificuldades com que se deparam no exercício da sua actividade, quais são as principais diferenças que enfrentam no exercício das suas funções (relativamente ao que se pratica nos países de origem), o seu grau de satisfação e se têm algum horizonte temporal quanto à sua permanência em Portugal.

Os inquéritos aos Directores dos serviços pretendem avaliar o seu relacionamento com os colegas estrangeiros, as principais diferenças ao nível do trabalho, os aspectos positivos e negativos que derivam da sua presença, se perceberam algumas inovações que tivessem sido adoptadas e medidas que o serviço poderia adoptar no sentido de melhorar a inserção dos profissionais estrangeiros.

Antes de desenvolvermos os aspectos relacionados directamente com os trabalhadores estrangeiros no sector da saúde pensamos ser necessário realizar, por um lado, uma análise crítica das fontes existentes, que apresentam limitações condicionadoras em grande medida das nossas pesquisas, e por outro, levar a cabo uma caracterização da imigração estrangeira para o conjunto de Portugal e nos seus diferentes distritos. Deste modo, estará facilitada a nossa análise da imigração no sector da saúde no contexto geral da imigração.

1-Limitações das fontes existentes para a análise do fenómeno imigratório no domínio da saúde

A primeira conclusão a retirar após a consulta das fontes de informação existentes em Portugal é a pouca preocupação dos organismos oficiais pelos trabalhadores estrangeiros existentes neste país. Tratando-se de um fenómeno com maior expressão a partir dos anos noventa do século XX é, no entanto, compreensível que pouca atenção tenha suscitado até ao momento, sabendo-se pouco das motivações que levam os estrangeiros qualificados no âmbito da saúde a procurar o nosso país, as suas expectativas e o tipo de inserção que lhes tem sido proporcionada.

Depois de várias décadas de ausência de um planeamento sério dos recursos humanos necessários no sector da saúde, assistimos na última década a um agudizar dos recursos humanos existentes em Portugal, havendo actualmente um défice de médicos em várias especialidades hospitalares (*e.g.*, Ginecologia/Obstetrícia, Pediatria e Anestesia) e na

especialidade dos cuidados de Saúde Primários de Medicina Geral e Familiar. Algumas previsões, nomeadamente, do Grupo Técnico para a Reforma dos Cuidados de Saúde Primários (Boletim do SIM, 2005: 19), avançam mesmo uma redução em 70% dos efectivos desta última especialidade até 2013-2015, como resultado da reforma de um elevado número de médicos.

A recente criação de mais dois Cursos de Medicina, na Universidade do Minho e na Universidade da Beira Interior, e o alargamento do número de vagas nos Cursos existentes, só a médio prazo poderão ter impactos significativos na situação que se vive actualmente, devido ao prolongado período de formação a que um Médico está sujeito até lhe poder ser atribuído o título de especialista.

No contexto da O.C.D.E., Portugal possuía, em 2003, 3,3 médicos por 1000 habitantes, idêntico ao de países como a Suécia e similar ao da França e da Alemanha (3,4), havendo 19 países com valores mais baixos. No entanto, é necessário não olvidar que desde os anos setenta que se assiste a uma deficiente distribuição dos efectivos médicos, com manifesta concentração no litoral e que as tentativas encetadas para atenuar esta distribuição não conseguiram ter o impacto que se previa.

É sobretudo no âmbito do ratio enfermeiros por 1000 habitantes que Portugal se encontra pior posicionado no contexto da O.C.D.E.. Apesar da melhoria que ocorreu nos últimos trinta anos em termos deste ratio, em 2003 o valor era de 4,2, sendo o quinto mais baixo dos trinta países da O.C.D.E. (www.oecd.org) correspondendo à Irlanda o valor mais elevado (14,8).

1.1-O Serviço EURES

Com base neste cenário optámos por consultar várias fontes para avaliarmos o fenómeno da imigração no sector da saúde. Enquanto algumas fontes se centram numa análise mais lata do fenómeno migratório, como é o caso do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, outras permitem determinar o contributo do sector da saúde, mas centram-se, somente, nos efectivos espanhóis. Tal é o caso do serviço transfronteiriço Norte Portugal-Galicia EURES, que nos últimos anos, coordenou um Censo dos Trabalhadores Transfronteiriços Norte de Portugal-Galiza e que foi publicado em 2003. Foram identificados 715 trabalhadores transfronteiriços, mas conseguiram-se dados específicos somente para 699 trabalhadores.

Enquanto foram diagnosticados 551 trabalhadores espanhóis nos cinco distritos portugueses considerados no estudo (Aveiro, Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real), nas duas comarcas

espanholas (Orense e Pontevedra) o número de portugueses cifrou-se em 164, correspondendo a 52% do sexo masculino e 48% do sexo feminino.

O distrito de Viana de Castelo, pela sua posição raiana, é o que evidenciava em 2003 um maior número de trabalhadores espanhóis (203), seguido de Orense (124 portugueses), de Aveiro (121) e de Braga (88). Não obstante, temos que considerar com alguma cautela estes dados, visto o estudo realizado não mencionar a taxa de respostas das empresas ao pedido de cedência de dados e não sabermos quantos e onde se localizam os trabalhadores clandestinos, ainda que tenham sido múltiplas as fontes utilizadas para a obtenção de dados. Apesar de tudo, é provável que no sector da saúde e acção social (o que interessa avaliar no presente projecto), não sofra desta subavaliação, visto os profissionais de saúde só poderem exercer actividade se registados nas respectivas Ordens e porque a Administração Regional de Saúde do Norte (ARS-Norte) correspondeu integralmente ao pedido solicitado (EURES, 2003: 10). Além disso, existem mais dados oficiais sobre os trabalhadores espanhóis a desenvolverem uma actividade profissional em Portugal do que inversamente.

No distrito de Braga destacam-se os concelhos de Braga, de Guimarães e de Barcelos com, respectivamente, 46, 20 e 8 trabalhadores (EURES, 2003: 32) e a presença destes vai-se rarefazendo à medida que vamos caminhando para concelhos mais serranos, com menor dinamismo económico e menores preocupações sociais, onde a presença dos espanhóis acaba por ser nula (*e.g.*, Terras de Bouro, Vieira do Minho, Celorico de Basto). Os portugueses localizam-se sobretudo em Barco de Valdeorras (47), Sobradelo de Valdeorras (37), Verín (27), encontrando explicação na implantação da indústria da lousa, mas também em Vigo (14), Porriño (10) e Tui (8), ou seja, em municípios próximos da fronteira, enquanto os espanhóis se aventuram para territórios mais longínquos (EURES, 2003: 35 e 36).

Em termos gerais, são os sectores das indústrias transformadoras (19,9%), extractivas (12%) e da saúde e acção social (54,9%) que concentram a maior parte do emprego (86,8% - <http://eures-norteportugal-galicia.org>). Não obstante, há assinaláveis diferenças territoriais, ainda que o sector da saúde e acção social predomine na quase totalidade dos distritos portugueses. De facto, a única excepção pertence ao distrito de Viana do Castelo onde se afirmam as indústrias transformadoras (54,9%). No distrito de Braga o sector da saúde e acção social revela uma ponderação de 79,6%. Nos distritos de Aveiro e Bragança os trabalhadores espanhóis trabalham exclusivamente neste sector, contribuindo para a elevação da ponderação para 64,2% daquele sector quando consideramos a totalidade dos distritos portugueses. Este cenário decorre, como salientámos anteriormente, do

facto de haver um défice de profissionais de saúde, resultado de uma ausência de planeamento dos recursos humanos necessários para acompanhar o crescimento da população portuguesa e o envelhecimento dos profissionais de saúde que é actualmente notório.

Como seria de esperar, não foram diagnosticados trabalhadores portugueses deste sector em Orense e Pontevedra, devido ao desemprego existente neste domínio em Espanha.

No âmbito deste sector são sobretudo médicos (218 - 40,6% dos trabalhadores no Norte de Portugal) e enfermeiros (135 - 25,1%), que são, aliás, as funções que mais se destacam no total dos trabalhadores, contribuindo para uma assinalável qualificação da maior parte dos trabalhadores espanhóis (na casa, pelo menos, dos 90% com Ensino Superior em quatro dos seis distritos portugueses). Pelo contrário, na Galiza os trabalhadores portugueses desempenham funções de baixo estatuto social (apenas 17,5% possuem o Ensino Superior em Pontevedra e não há casos em Orense), muito ligadas em Orense à indústria da lousa (EURES, 2003: 48 e 49).

A principal conclusão a retirar é que há uma circulação de trabalhadores qualificados da Galiza para o Norte de Portugal e que na direcção inversa a circulação é sobretudo de trabalhadores pouco qualificados. Este facto permite-nos justificar a maior mobilidade dos espanhóis, pois sendo detentores de um maior nível de instrução, poderão estar *mais abertos à mobilidade, ainda que a mesma implique deslocações permanentes mais longas* (EURES, 2003: 54).

No distrito de Braga sobressaem os médicos (n=64 - ponderação de 73,6% no distrito), sendo o distrito onde estes são em maior número, seguido de Viana do Castelo (n=55 - ponderação de 28,8% no distrito) e do Porto (n=51 - ponderação de 60,7% no distrito – Quadro 1).

Pelo contrário, os enfermeiros revelam maior expressão nos distritos de Aveiro (n=113 - ponderação de 93,4% no distrito), do Porto (n=10 - ponderação de 11,9% no distrito), de Viana do Castelo (n=8 - ponderação de 4,2% no distrito). Em Braga foram identificados apenas dois enfermeiros e três Fisioterapeutas.

Quadro 1 - Distribuição dos trabalhadores transfronteiriços no sector da saúde nos distritos do Norte de Portugal, 2003

Distrito		Médico	Enfermeiro	Fisioterapeuta	Técnico de Radiología	Total de profissões
AVEIRO	Nº trabalhadores	7	113	-	-	121
	%	5,8	93,4	-	-	100,0
BRAGA	Nº trabalhadores	64	2	3	-	87,0
	%	73,6	2,3	3,4	-	100,0
BRAGANÇA	Nº trabalhadores	6	2	-	-	8
	%	75	25	-	-	100,0
PORTO	Nº trabalhadores	51	10	-	4	84
	%	60,7	11,9	-	4,8	100,0
VIANA DO CASTELO	Nº trabalhadores	55	8	8	5	191
	%	28,8	4,2	4,2	2,6	100,0
VILA REAL	Nº trabalhadores	35	-	-	-	44
	%	79,5	-	-	-	100,0
NORTE DE PORTUGAL	Nº trabalhadores	218	135	11	9	535
	%	40,7	25,2	2,1	1,7	100,0

Fonte: Censo dos Trabalhadores Transfronteiriços Norte de Portugal-Galiza, EURES, 2003.

1.2-Outras fontes

O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (Ministério da Administração Interna) é actualmente o serviço que proporciona de uma forma mais regular o conhecimento de elementos sobre os estrangeiros residentes no nosso país, ainda que disponibilize dados com baixo nível de desagregação, quando comparamos, por exemplo, com a nossa vizinha Espanha. O baixo nível de desagregação acontece a nível espacial e em termos de caracterização profissional dos imigrantes, como veremos no ponto 2 do presente artigo.

As Estatísticas Demográficas publicadas anualmente pelo Instituto Nacional de Estatística têm divulgado anualmente dados deste Serviço, e no que diz respeito à profissão dos imigrantes, apenas possibilita o seu conhecimento segundo a Classificação Nacional de Profissões (C.N.P.) a um dígito e para a escala do país, inviabilizando o conhecimento do peso dos trabalhadores no sector da saúde no âmbito dos Agrupamento 2

(Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas) e 3 (Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio) dessa Classificação.

Existe um sentimento generalizado de que os sistemas de informação usados em Portugal na área da saúde não conseguiam até aos anos oitenta do século XX satisfazer, *per se*, as necessidades existentes, quer por parte do Governo, das instituições e dos planeadores que aí trabalham, bem como dos investigadores. Daí a necessidade de realização de Inquéritos Nacionais de Saúde.

O Inquérito Nacional de Saúde é um precioso instrumento que permite avaliar o estado de saúde da população portuguesa e colmatar algumas das lacunas de informação, especialmente em termos de factores que determinam esse estado de saúde, existentes nas Estatísticas publicadas, nomeadamente, pelo Instituto Nacional de Estatística (*e.g.*, Estatísticas da Saúde, Estatísticas Demográficas).

Após a realização de um Inquérito-Piloto em 1982 e da concretização de vários inquéritos de âmbito geográfico restrito, em 1987, procedeu-se à realização, pela primeira vez, de um inquérito que se circunscreveu ao território Continental (MINISTÉRIO DA SAÚDE. DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PLANEAMENTO DA SAÚDE, 1988). Este, além de dedicar alguma atenção à utilização dos cuidados de saúde e ao nível de satisfação dos seus utilizadores, não privilegiou até ao último Inquérito publicado e referente a 1998/99 (MINISTÉRIO DA SAÚDE. DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PLANEAMENTO DA SAÚDE, 1997; MINISTÉRIO DA SAÚDE. INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE. OBSERVATÓRIO NACIONAL DE SAÚDE, 2001), a nacionalidade dos profissionais de saúde que os prestam.

Por último, o próprio Plano Nacional de Saúde em vigor entre 2004 e até 2010 é pobre na consideração da situação dos imigrantes e dos 40 Programas Nacionais a desenvolver naquele período nenhum se dedica especificamente aos imigrantes.

Devido a todas estas limitações, a única possibilidade de conhecimento dos efectivos estrangeiros a trabalhar no sector da saúde é através do registo que as Administrações Regionais de Saúde possuem, ainda que nem sempre estejam actualizados os dados.

2-Evolução recente do fenómeno imigratório em Portugal

Mesmo sendo difícil conhecermos os efectivos estrangeiros qualificados a trabalhar no âmbito da saúde em Portugal, é possível

traçarmos o cenário para as últimas décadas e tentarmos entender os motivos que estão subjacentes a este fenómeno.

Como já mencionámos anteriormente, Portugal, sempre foi um país de emigrantes, mas conheceu nos últimos anos um fenómeno novo, que é o da imigração e que foi muito pouco estudado até ao momento. Os últimos anos da década de 90 significaram uma nova dinâmica ao nível dos fluxos migratórios derivados de um maior investimento público, com o arranque de um conjunto de obras públicas relevantes e a expansão do terciário. Paralelamente tem-se notado uma retracção da oferta endógena de mão-de-obra como consequência da diminuição da Taxa de Natalidade, do envelhecimento da população residente e da manutenção de fluxos emigratórios.

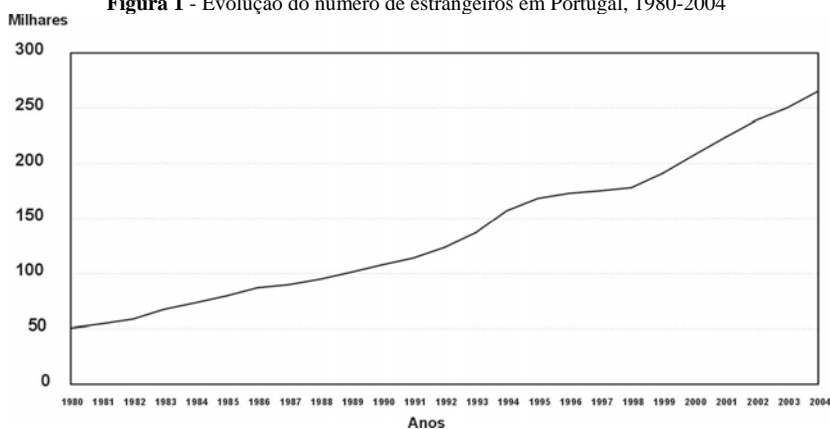
São múltiplas as causas que têm conduzido à entrada de imigrantes no nosso país. Não obstante, podemos adiantar as duas mais importantes. A primeira, de carácter laboral, que se cinge à procura de melhores salários do que aqueles que eram conseguidos nos países de origem (imigrantes sobretudo de países extra-comunitários) enquanto a segunda, de carácter climático, leva-nos a concluir que há uma procura de temperaturas mais amenas do que as sentidas nos países de origem (sobretudo imigrantes idosos de países da União Europeia), tal como tem acontecido no país vizinho (VERDUGO, R.M., *et al.*, 2003).

Um factor relevante subjacente à imigração prende-se com a importância da economia informal, bem adaptada à segmentação do mercado laboral e que emprega os imigrantes sem estatuto de residentes. Outro factor tem a ver com a instabilidade do quadro jurídico, que nos países do sul da Europa tende a mudar com relativa frequência, traduzindo-se num efeito de chamada para as pessoas doutros países. Adite-se também o facto de Portugal ser um território ponte entre África e a Europa, mas também com a América, de forma que muitos imigrantes consideram Portugal, assim como Espanha, como ponto intermédio para alcançar um terceiro país, especialmente aqueles que chegam das antigas possessões coloniais. Também não podemos olvidar o aumento da esperança de vida e a forte integração da mulher no mercado de trabalho que faz com que surjam novas necessidades laborais que oferecem boas perspectivas de trabalho, especialmente para as mulheres imigrantes, nomeadamente, no serviço doméstico, cuidando de crianças e idosos, especialmente nas áreas urbanas. Por último, temos a importante procura de mão-de-obra na construção civil e nas áreas de cultivo que necessitam de mão-de-obra intensiva na época das colheitas.

Como afirmámos anteriormente a imigração para Portugal incrementou-se notavelmente nos últimos anos, especialmente a partir do

ano de 1999, ainda que mantenha um comportamento de crescimento contínuo desde o começo da década de 1980 (Figura 1). O incremento no número de imigrantes estrangeiros residentes foi de 38% entre 1999 e 2004 (passando em valores absolutos de 191.000 para 265.000 efectivos), dando-nos a ideia da magnitude das chegadas. Esta característica é comum aos dois países Ibéricos, que junto com a Itália e mesmo com a Alemanha estão a conhecer os mais fortes incrementos na chegada de estrangeiros dentro da União Europeia (ALDREY, J.A.; VERDUGO, R.M., 2005).

Figura 1 - Evolução do número de estrangeiros em Portugal, 1980-2004



Fonte: www.sef.pt

Se nos centrarmos na evolução ocorrida nos últimos cinco anos (1999 a 2004) constatamos que os residentes de todos os continentes aumentaram, excepto os provenientes da América do Norte, que conheceram uma pequena redução (Quadro 2). Os nativos da Europa subiram quase dois pontos relativos (de 29,66 para 31,60%) e os africanos decresceram o peso percentual (em 0,6%, para situar-se em 2004 em 46,39%, correspondendo à procedência maioritária), apesar de se ter ganho mais de 33.000 efectivos nesse período. Os asiáticos também conheceram um forte aumento, em especial os chineses que quase duplicaram (em termos de números absolutos) a sua presença em território português.

A maioria das entradas ocorreu por motivos laborais, na procura de melhores salários, mas também se produziu de forma cada vez mais frequente a fixação de idosos europeus ou norte-americanos buscando as bondades climáticas do sul do país, aspecto que é comum à Espanha, onde também se fixam muitas pessoas de idade avançada e com elevados

recursos económicos na área do levante, sul e nos arquipélagos das Ilhas Canárias e das Ilhas Baleares (VERDUGO, R.M.; ALDREY, J.A., 2004).

Quadro 2 - Evolução do número e da percentagem de estrangeiros em Portugal (1999 e 2004)

Procedência	1999		2004	
	TOTAL	%	TOTAL	%
EUROPA	56.689	29,66	83.859	31,60
UNIÃO EUROPEIA	52.375	27,40	74.542	28,09
Alemanha	9.605	5,02	13.128	4,95
Espanha	11.122	5,82	15.916	6,00
França	6.499	3,40	9.312	3,51
Itália	2.700	1,41	4.592	1,73
Países Baixos	3.675	1,92	5.366	2,02
Reino Unido	13.335	6,98	18.005	6,79
OUTROS DA EUROPA NÃO COMUNITÁRIA	4.314	2,26	9.317	3,51
ÁFRICA	89.797	46,98	123.093	46,39
Angola	17.721	9,27	26.702	10,06
Cabo Verde	14.217	7,44	20.825	7,85
Guiné-Bissau	43.951	22,99	55.590	20,95
Moçambique	4.502	2,35	5.010	1,89
São Tomé e Príncipe	4.809	2,52	7.928	2,99
OUTROS DE ÁFRICA	4.597	2,40	7.038	2,65
AMÉRICA	35.936	18,80	45.161	17,02
AMÉRICA DO NORTE	10.169	5,32	10.129	3,82
AMÉRICA CENTRAL E DO SUL	25.767	13,48	35.032	13,20
Brasil	20.851	10,91	20.956	7,90
Venezuela	3.396	1,78	3.470	1,31
OUTROS AM. CENTRAL E DO SUL	1.520	0,80	2.606	0,98
ÁSIA	7.935	4,15	12.410	4,68
China	2.762	1,45	5.309	2,00
OCEÂNIA	514	0,27	553	0,21
APÁTRIDA	273	0,14	273	0,10
DESCONHECIDA	0	0,00	12	0,00
TOTAL ESTRANGEIROS	191.144	100,00	265.361	100,00

Fonte: www.sef.pt

No que diz respeito a distribuição por sexos (Quadro 3) destaca-se a preponderância dos homens relativamente às mulheres, tanto em 1999 como em 2004, se bem que se produziu uma notável redução da percentagem masculina, de modo que na actualidade dominam as mulheres entre os que chegam da América (graças à influência dos brasileiros e dos chegados em geral da América do Sul, procedência em que as mulheres são predominantes, com a excepção da Venezuela). Mas, no que respeita ao resto de nacionalidades só entre os chegados de Espanha e de São Tomé e Príncipe as mulheres são maioritárias. A progressiva feminização da

emigração para Portugal é, portanto, um fenómeno recente e que tende a equiparar o peso relativo dos sexos. Isto deve-se tanto à elevada oferta de emprego feminino no trabalho doméstico e nos serviços em geral, como ao crescente reagrupamento familiar.

Quadro 3 - Evolução por sexos da percentagem de estrangeiros em Portugal (1999 e 2004)

Procedência	1999		2004	
	Homens (%)	Mulheres (%)	Homens (%)	Mulheres (%)
EUROPA	53,84	46,16	52,48	47,52
UNIÃO EUROPEIA	54,03	45,97	52,65	47,35
Alemanha	56,04	43,96	54,48	45,52
Espanha	51,68	48,32	49,33	50,67
França	52,82	47,18	52,17	47,83
Itália	62,78	37,22	60,30	39,70
Países Baixos	55,59	44,41	54,12	45,88
Reino Unido	53,64	46,36	53,34	46,66
OUTROS DA EUROPA NÃO COMUNITÁRIA	51,58	48,42	51,19	48,81
ÁFRICA	60,73	39,27	57,08	42,92
Angola	59,42	40,58	54,67	45,33
Cabo Verde	58,87	41,13	55,94	44,06
Guiné-Bissau	72,69	27,31	66,37	33,63
Moçambique	55,31	44,69	53,29	46,71
São Tomé e Príncipe	50,73	49,27	47,93	52,07
OUTROS DE ÁFRICA	62,26	37,74	60,74	39,26
AMÉRICA	55,61	44,39	49,74	50,26
AMÉRICA DO NORTE	57,62	42,38	56,88	43,12
AMÉRICA CENTRAL E DO SUL	54,82	45,18	48,22	51,78
Brasil	53,33	46,67	47,71	52,29
Venezuela	66,14	33,86	55,97	44,03
OUTROS AM. CENTRAL E DO SUL	49,93	50,07	43,59	56,41
ÁSIA	57,11	42,89	56,37	43,63
China	63,07	36,93	56,47	43,53
OCEÂNIA	55,06	44,94	54,43	45,57
APÁTRIDA	55,68	44,32	55,68	44,32
DESCONHECIDA	-	-	41,67	58,33
TOTAL ESTRANGEIROS	57,55	42,45	54,41	45,59

Fonte: *www.sef.pt*

Podemos comprovar este facto se nos centrarmos na composição por grandes grupos etários da população estrangeira por continentes e nalguns países da União Europeia (Quadro 4). Assim, constatamos como os de mais de 64 anos são em número reduzido entre os procedentes da Europa não comunitária (África, América do Sul ou Ásia), enquanto que têm um peso considerável nos oriundos da União Europeia e da América do Norte. Importa destacar algumas nacionalidades como os britânicos, em que mais

de um em cada cinco ultrapassa os 64 anos, ou os nórdicos (Suécia e Dinamarca) que junto com Espanha ultrapassam os 17% em termos de residentes no seio da terceira idade. É evidente que a força deste fenómeno não se reparte de igual forma no conjunto do país, concentrando-se, fundamentalmente, na região do Algarve. Assim, em Faro 27,33% dos residentes estrangeiros são naturais do Reino Unido, 11,52% da Alemanha e 6,41% dos Países Baixos. Neste caso, pressupõe-se que a proporção de idosos será muito mais elevada porque existem muitos residentes dessas nacionalidades, mas não o podemos comprovar pois estes dados não estão desagregados por distritos e não são disponibilizados pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Quadro 4 - Grandes grupos etários (em %) na população estrangeira em 2004

Países / Regiões	0-14	15-64	65 e mais
Europa	11,75	75,16	13,09
União Europeia	10,91	74,73	14,35
Alemanha	11,28	78,03	10,69
Dinamarca	10,22	72,72	17,04
Espanha	9,17	73,41	17,42
Países Baixos	11,82	72,90	15,28
Reino Unido	10,22	68,94	20,84
Suécia	11,25	70,85	17,90
Outros da Europa	18,43	78,60	2,97
África	13,64	82,11	4,26
América do Norte	16,60	70,42	12,98
América do Sul e Central	10,45	86,57	2,98
Ásia	12,67	82,53	4,80
Oceânia	10,67	80,47	8,86
Total estrangeiros	12,67	80,09	7,24

Fonte: *www.sef.pt*

A importância da população estrangeira em Portugal deve ser analisada atendendo à sua fixação por distritos, pois a distribuição dos imigrantes é muito desigual.

Deste modo, comprova-se que mais de metade dos estrangeiros residentes em Portugal se concentram no distrito de Lisboa (52,40% - Quadro 5), seguindo-se Faro (13,54%), Setúbal (10,97%) e Porto (5,75%) englobando estes cinco distritos mais de 80% de imigrantes. Além destes só Aveiro e Coimbra se destacam do resto, ambos com pouco mais de 3% de estrangeiros. O que se depreende destes dados é a forte atracção pelas áreas urbanas, pois se aos anteriores distritos aditarmos o de Braga (que é o seguinte em peso de imigrantes, com 1,61%) é nestes espaços onde aparecem as maiores concentrações de estrangeiros. Isto é lógico pois as urbes são os espaços que concentram maior volume demográfico e também

as maiores oportunidades de emprego para aqueles que chegam a Portugal em busca da melhoria das suas condições de vida. Também é importante ressaltar que no caso de Faro, segundo distrito do país em número absoluto de imigrantes, não se trata tanto de uma imigração urbana, mas mais da residência de pessoas idosas ou próximas da idade de reforma nas áreas costeiras.

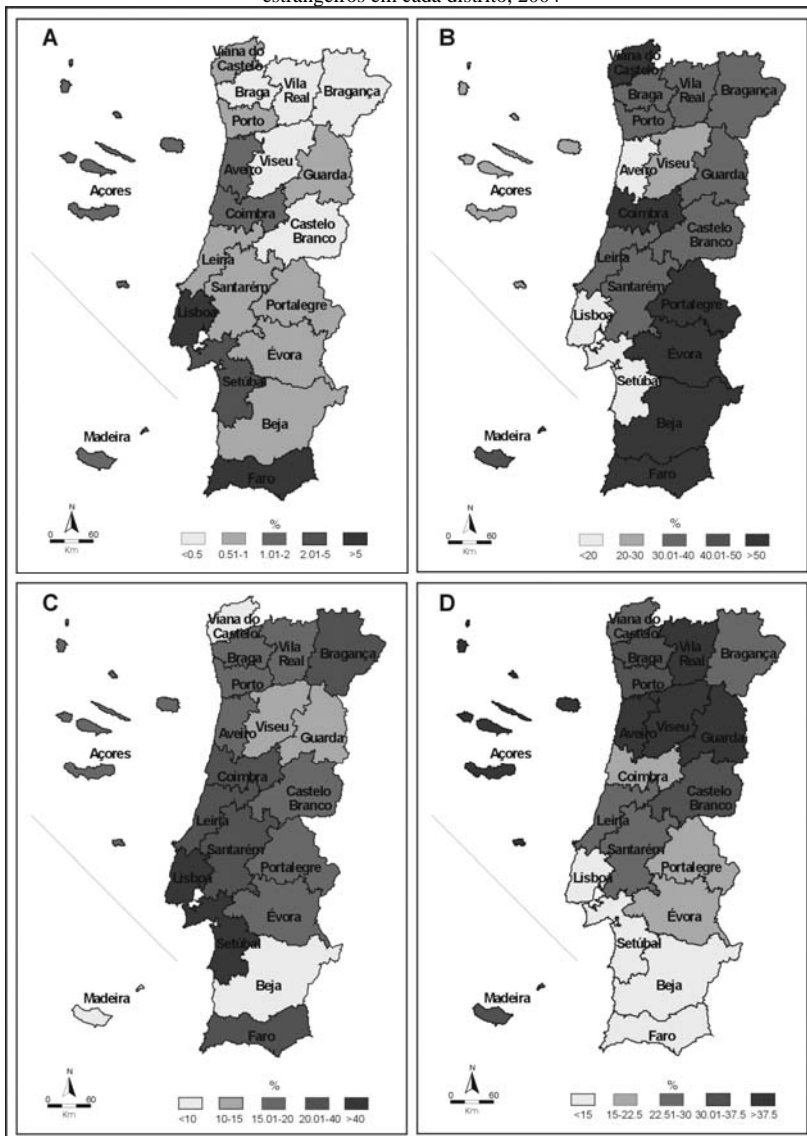
Quadro 5 - População, residentes estrangeiros e o seu peso relativo por distritos, 2004

	População residente	Estrangeiros	% de estrangeiros sobre o total português	% de estrangeiros sobre a população residente
Portugal	10.529.255	265361	100	2,52
Aveiro	727.041	9240	3,48	1,27
Beja	156.153	1499	0,56	0,96
Braga	851.337	4272	1,61	0,50
Bragança	145.486	580	0,22	0,40
Castelo Branco	203.314	992	0,37	0,49
Coimbra	437.642	7978	3,01	1,82
Évora	171.130	1343	0,51	0,78
Faro	411.468	35928	13,54	8,73
Guarda	176.086	1094	0,41	0,62
Leiria	472.895	3882	1,46	0,82
Lisboa	2.203.503	139038	52,40	6,31
Portalegre	121.653	1075	0,41	0,88
Porto	1.805.015	15256	5,75	0,85
Santarém	463.676	2493	0,94	0,54
Setúbal	829.007	29104	10,97	3,51
Viana do Castelo	251.937	2107	0,79	0,84
Vila Real	221.218	871	0,33	0,39
Viseu	395.202	1911	0,72	0,48
Açores	241.206	2931	1,10	1,22
Madeira	244.286	3767	1,42	1,54

Fonte: www.sef.pt

Mas a análise anterior é deficitária necessitando de se relativizar o peso dos estrangeiros em relação à população de cada um dos distritos (Figura 2A e Quadro 5).

Figura 2 - Percentagem de estrangeiros (A) na população de cada distrito, 2004. Percentagem dos provenientes da União Europeia (B), de África (C) e da América (D) em relação ao total de estrangeiros em cada distrito, 2004



Fonte: www.sef.pt. e elaboração própria.

Assim, Lisboa deixa de ocupar o primeiro lugar em presença de imigrantes e passou a ser Faro a ocupar este lugar, no qual quase 9% da sua população é estrangeira, face aos 6,31% que se concentram no distrito de Lisboa.

A influência da capital e da sua expansão urbana também se deixa sentir no seu vizinho distrito de Setúbal, onde os estrangeiros correspondem a 3,51%. Estes três distritos são os únicos dos dezoito portugueses que se situam acima da média nacional (2,52%). Distanciados, aparecem Coimbra, Aveiro, Açores e Madeira, todos eles com um volume de estrangeiros entre 1 e 2%. No outro extremo estão os distritos de Braga, Bragança, Castelo Branco, Santarém, Vila Real e Viseu onde a percentagem de estrangeiros se situa em cerca de 0,5 % ou mesmo abaixo dessa cifra.

O Quadro 6 e as Figuras 2B, 2C e 2D põem em evidência grandes desigualdades distritais. Assim, são claramente maioritários os africanos, com 46,39%, seguidos dos naturais da União Europeia (28,09%) e dos americanos (17,02%), sendo minoritárias o resto de procedências: Ásia (4,68%), o resto da Europa (3,51%) ou a Oceânia (0,21%).

Quadro 6 - Percentagem de estrangeiros segundo o continente de procedência por distritos, 2004

	União Europeia	Resto Europa	África	América	Ásia	Oceânia
Portugal	28,09	3,51	46,39	17,02	4,68	0,21
Aveiro	19,97	5,53	16,39	54,57	3,37	0,17
Beja	73,58	5,87	7,61	11,14	1,60	0,27
Braga	33,50	5,83	19,48	36,26	4,75	0,14
Bragança	38,79	3,79	22,41	28,79	5,86	0,00
Castelo Branco	34,48	9,17	17,94	31,45	6,65	0,30
Coimbra	50,19	3,25	21,53	21,60	2,98	0,38
Évora	54,58	4,24	19,29	16,68	4,84	0,37
Faro	57,55	5,94	23,00	9,48	3,43	0,50
Guarda	36,84	1,65	14,81	42,50	4,02	0,09
Leiria	38,00	6,54	21,46	29,86	3,79	0,15
Lisboa	19,85	2,26	58,99	13,30	5,32	0,16
Portalegre	54,05	9,86	16,00	15,26	4,84	0,00
Porto	36,37	4,80	20,31	31,00	7,31	0,12
Santarém	35,54	7,78	26,55	23,51	6,22	0,36
Setúbal	10,87	2,60	74,30	8,61	3,41	0,12
Viana do Castelo	55,39	3,99	8,64	27,91	4,03	0,00
Vila Real	30,20	3,67	19,40	43,05	3,67	0,00
Viseu	26,11	9,63	14,02	46,52	3,40	0,21
Açores	24,80	5,02	18,73	49,27	1,91	0,14
Madeira	49,75	6,82	9,29	52,67	2,42	0,35

Fonte: www.sef.pt

Porém, esta distribuição não se repete a não ser em Lisboa e Setúbal, pois no resto dos distritos dominam os chegados da América (Aveiro, Guarda, Vila Real, Viseu e Açores) ou da União Europeia (no resto dos distritos). O que está a acontecer é que a capital e o distrito de expansão mais imediata do mesmo, Setúbal, são os lugares preferidos pelos africanos para se fixar (84,2% dos africanos residem nestes dois distritos). É onde permanecem aquando da chegada a Portugal e onde se fixam definitivamente, pois têm redes de conhecidos que os ajudam nos primeiros momentos e os introduzem no mercado de trabalho. No resto do país a sua presença é muito menos significativa sendo o terceiro continente fornecedor de estrangeiros na maior parte dos distritos (excepto em Évora, Faro, Portalegre e Santarém, em todos os casos atrás dos provenientes da União Europeia).

Finalmente, no que diz respeito às nacionalidades (Quadro 7), importa ressaltar as que têm a língua portuguesa como língua oficial, devido ao seu significado no número total de imigrantes (43,73% dos estrangeiros residentes em Portugal) e, por outro lado, nas chegadas do país vizinho (Espanha), pela importância que tem esta nacionalidade no sector da saúde, aspecto central do nosso projecto de investigação.

No que concerne aos lusófonos, Cabo Verde é o país que contribui com mais habitantes para Portugal, com quase 21% do total, ou seja, mais de um em cada cinco imigrantes são de origem cabo-verdiana. A seguir situam-se os brasileiros e os angolanos com percentagens semelhantes (10,91% e 10,06%, respectivamente). Seguem-se os provenientes da Guiné-Bissau (perto de 8%), e com menor importância seguem-se São Tomé e Príncipe (2,99%) e Moçambique (1,89%).

Se nos concentrarmos nas nacionalidades por distritos observamos que os cabo-verdianos apresentam cifras acima da média nacional nos distritos de Setúbal (41,01%) e Lisboa (26,59%), que concentram a grande maioria dos naturais deste arquipélago. Além destes distritos só nos Açores os cabo-verdianos conseguem superar os 10% da sua população imigrante (13,65%).

No caso dos brasileiros o cenário é diferente, pois catorze dos dezoito distritos e das Regiões Autónomas situam-se acima da média do país e a sua presença é especialmente importante em Viseu, Vila Real e Braga (onde supera os 30%) e também nos distritos de Aveiro, Porto, Bragança, Castelo Branco e Guarda, onde aparecem acima dos 20%). Mais modesto é o significado dos Angolanos, à excepção de Setúbal (14,89%), Lisboa (12,86%), Bragança (10,34%) e Vila Real (9,18%). Nos restantes casos a sua presença é bastante inferior à média portuguesa. No caso de Moçambique só quatro distritos contam com uma presença dos mesmos que

supera os 2% (Setúbal, Lisboa, Santarém e Évora) e entre os naturais de São Tomé e Príncipe só Setúbal (6,6%) e Lisboa (3,86%) superam a média do conjunto do país.

Quadro 7 - Percentagem de estrangeiros de países de língua oficial portuguesa e de espanhóis por distritos, 2004

	Angola	Cabo Verde	Guiné-Bissau	Moçambique	São Tomé e Príncipe	Brasil	Espanha
Portugal	10,06	20,95	7,85	1,89	2,99	10,91	6,00
Aveiro	4,86	2,49	5,44	0,55	1,06	27,36	5,18
Beja	1,67	2,47	1,20	0,60	0,20	7,61	10,01
Braga	8,17	3,28	2,83	1,62	0,87	31,20	8,12
Bragança	10,34	5,52	2,41	1,03	0,69	24,14	23,45
Castelo Branco	5,14	8,57	0,10	1,01	0,60	22,48	8,57
Coimbra	6,37	5,68	4,56	1,52	1,58	14,40	13,15
Évora	4,47	7,97	1,86	2,31	1,71	14,00	13,40
Faro	2,85	9,54	6,88	0,33	0,28	5,08	2,41
Guarda	5,94	4,48	0,18	0,55	0,46	22,39	11,15
Leiria	5,92	8,81	1,60	1,37	0,31	18,16	5,90
Lisboa	12,86	26,59	10,45	2,46	3,86	8,58	6,17
Portalegre	7,26	4,28	0,84	0,74	1,77	12,74	24,56
Porto	6,67	6,30	2,39	0,94	0,86	25,88	9,53
Santarém	8,54	8,58	2,89	2,33	1,20	15,40	8,82
Setúbal	14,89	41,01	6,80	2,99	6,60	6,79	2,48
Viana do Castelo	3,65	1,38	1,09	0,43	0,00	18,13	29,57
Vila Real	9,18	4,13	2,76	0,23	1,15	36,62	12,17
Viseu	6,23	2,98	1,10	0,42	1,41	37,94	6,12
Açores	0,78	13,65	2,83	0,41	0,24	6,89	1,94
Madeira	1,38	1,04	3,61	0,24	0,11	13,22	3,37

Fonte: www.sef.pt

A distribuição dos imigrantes espanhóis também se revela muito irregular na sua distribuição espacial, pois ultrapassam os 20% dos estrangeiros em três distritos (Viana do Castelo, Portalegre e Bragança), como consequência da sua posição raiana e de tradicionais e intensos laços transfronteiriços. Situam-se entre os 10% e os 20% em Beja, Coimbra, Évora, Guarda e Vila Real, também raianos, à excepção de Coimbra, e já em valores mais baixos no resto dos distritos, sendo especialmente pouco notáveis nos casos da Guarda, Setúbal, Açores e Madeira.

Resumindo, a importância dos imigrantes no distrito de Braga, espaço objecto do nosso estudo sobre os trabalhadores estrangeiros no sector da saúde, é muito menos significativa do que noutros distritos, quer em termos de número absoluto de imigrantes quer em termos do seu peso no total da população residente. Os provenientes da América são os que

detêm um maior significado (36,26%), seguidos dos da União Europeia (33,50%), quando à escala nacional são os provenientes de África (46,39%), seguidos dos da União Europeia (28,09%) e dos da América (17,02%) que se afirmam.

Este facto deriva do maior peso dos brasileiros, que podemos comprovar a partir da observação dos estrangeiros de países de língua oficial portuguesa, onde estes contribuem com 31,20%, contrariando a média para o país, já que estes se situam em segundo lugar (10,91%), logo a seguir aos cabo-verdianos (20,95%). Os espanhóis constituem o terceiro grupo (8,12%), logo a seguir aos brasileiros e aos angolanos (8,17%).

Conclusão

A principal pretensão do presente artigo foi servir de ponto de partida para futuras publicações mais centradas na questão dos trabalhadores estrangeiros no sector de saúde e confinados ao espaço português. Depois de termos, de uma forma sucinta, alertado para as principais limitações que as fontes nos proporcionam no conhecimento destes trabalhadores, analisámos alguns dados existentes para os imigrantes, que se revelam mais limitados do que os que são disponibilizados pela vizinha Espanha.

Delineámos o perfil da imigração em Portugal, que tem conhecido um forte incremento do número de efectivos ano atrás ano, especialmente de pessoas idosas oriundas da União Europeia que buscam as bondades climáticas do sul do país. Também de africanos procedentes fundamentalmente das antigas colónias lusas que chegam à procura de trabalho com vista à melhoria do seu nível de vida.

Importa também ressaltar o aumento notável da imigração de pessoas procedentes da América Central e do Sul e da China. A entrada de pessoas do terceiro mundo é propiciada em muitas ocasiões por cadeias ou redes migratórias que favorecem a chegada de familiares e conhecidos, ajudando-os a estabelecer-se e a procurar emprego. O número de mulheres também tem aumentado muito nos últimos anos e tende a igualar o número de efectivos do sexo masculino. Este facto resulta da relevante oferta de emprego feminino na economia informal, mormente, no domínio do trabalho doméstico e dos serviços em geral.

Por último, os lugares preferidos pela imigração são os de carácter urbano, em especial nos distritos de Lisboa e de Setúbal, que concentram quase dois terços do total de residentes estrangeiros com estatuto legal em Portugal.

Referências bibliográficas

ALDREY, J.A.; VERDUGO, R. (2005) - Trabajadores iberoamericanos en el Estado español a comienzos del siglo XXI, *Perfiles Latinoamericanos*. Revista de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), 26, México: 109-133.

EURES (2003) - *Censos dos trabalhadores Transfronteiriços Norte de Portugal-Galiza*, CD-ROM, Valença, Serviço EURES Transfronteiriço Norte de Portugal-Galicia.

GRUPO TÉCNICO PARA A REFORMA DOS CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS (2005) - *Boletim do SIM*, 51, Abr./Jun.: 11-23.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PLANEAMENTO DA SAÚDE (1988) - *Inquérito Nacional de Saúde - 1987*, 7 vols., Lisboa.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PLANEAMENTO DA SAÚDE (1997) - *Inquérito Nacional de Saúde - 1995/96*, 7 vols., Lisboa.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE. OBSERVATÓRIO NACIONAL DE SAÚDE (2001) - *Inquérito Nacional de Saúde - Continente: 1998/99*, Lisboa.

VERDUGO, R.; ALDREY, J.A. (2004) - Iberoamericanización de la inmigración española a comienzos del siglo XXI, *Cuadernos Americanos*, 106(4), México: 149-168.

VERDUGO, R., *et al.* (2003) - Os residentes estrangeiros em Espanha, *Geolnova*, 8, Lisboa: 11-33.

WWW (World Wide Web)

www.oecd.org (Organização de Cooperação de Desenvolvimento Económico)

www.sef.pt. (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)

www.eures-norteportugal-galicia.org (Serviço EURES)

“GEO-WORKING PAPERS” – NORMAS DE PUBLICAÇÃO

1. Os “GEO-Working papers” encontram-se abertos à colaboração científica no domínio da Geografia e disciplinas afins.
2. Os “GEO-Working papers” são constituídos por duas séries: Série Investigação e Série Educação.
3. Os “GEO-Working papers” publicam artigos em português, francês, inglês e espanhol.
4. As opiniões e conceitos emitidos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.
5. Os originais submetidos serão apreciados pela comissão editorial, que pode recorrer a especialistas das áreas científicas a que os textos se referem, reservando o direito de aceitação dos mesmos.
6. É aos autores que cabe obter autorização para reproduzir material sujeito a direitos de autor.
7. Os “GEO-Working papers” são publicados em papel, estando, simultaneamente, disponíveis on-line.
8. Os artigos devem apresentar uma dimensão entre 10 e 20 páginas A4, incluindo a bibliografia e as figuras e quadros.
9. Normas para a apresentação de originais:
 - 9.1. Dos originais submetidos a apreciação, deverão ser enviadas 1 cópia em papel, a 1,5 espaços, corpo 12 e com margens de 2,5 centímetros e uma cópia em formato digital. Deverá constar juntamente um resumo que contenha o essencial do artigo (cerca de 700 caracteres para o resumo na língua do artigo e 2000 caracteres para o resumo noutra língua - português, inglês ou francês), além de palavras-chave nas duas línguas.
 - 9.2. Os originais devem conter, em nota de rodapé na 1ª página, o endereço profissional do(s) autor(es), o cargo e instituição a que pertence(m), número de telefone, fax e e-mail.

10. Normas para a bibliografia:

10.1. Na bibliografia devem estar presentes todas as referências citadas no texto e somente estas. As referências bibliográficas deverão ser elaboradas em função dos modelos seguintes:

BURROUGS, B. (1999) – Development and urban growth, *in* D. Peters (ed.), *Unequal partners*, AAST Press, London.

ROGERS, A.; TAYLOR, N.; GOLDSMITH, G. (1998) – *The politics of rural environments*, Hutchinson, London.

SARAIVA, A.; PIRES, J.; MOREIRA, V. (2002) – Recomendações para a proteção e estabilização dos cursos de água, *Revista da Faculdade de Ciências*, 21(2), Lisboa: 187-222.

10.2. O apelido dos autores citados no texto deverá ser escrito em maiúsculas, sem sublinhado, seguido do ano de publicação. Quando forem citados em bibliografia dois ou mais autores com o mesmo apelido, dever-se-ão incluir as iniciais do primeiro nome. Se existirem mais de dois autores, citar-se-á só o primeiro seguido de *et al.*

11. Os autores dos artigos receberão 5 cópias do “GEO-Working papers”.

Envio de correspondência para:

GEO-Working papers

Núcleo de Investigação em Geografia e Planeamento

Instituto de Ciências Sociais

Universidade do Minho

Campus de Azurém

4810 Guimarães

tel. 351-253-510560

fax 351-253-510569

e-mail: geowp@geografia.uminho.pt

j.sarmento@geografia.uminho.pt

vieira@geografia.uminho.pt